

**A PRODUÇÃO/ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NO  
NORDESTE CANAVIEIRO DO SISTEMA  
ENGENHO — Ensaio de geografia histórica**

**Nilson Cortez Crocia Barros**

**INTRODUÇÃO**

Este ensaio pretende esclarecer o processo de formação do espaço regional do Nordeste do Brasil atendo-se ao momento inicial desse processo, que é o do estabelecimento veloz de uma ordem espacial comandada pelo sistema engenho, produtor de açúcar: século XVI e XVII. No procedimento analítico, empregou-se a noção de processo de trabalho ou produção de valores de uso (MARX: L. 1<sup>o</sup>; V 1<sup>o</sup>; 202-5), que se mostrou particularmente fecunda na compreensão da produção do referido quadro regional. Essa noção permitiu entender o desenvolvimento intra-regional da divisão social-territorial do trabalho.

**O PROCESSO DE TRABALHO E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO**

A noção de organização ou conformação do espaço não é aqui entendida no sentido, em que por vezes aparece, de planejamento de Estado, de gestão espacial, de prospectiva (BOUDEVILLE, 1973: 18). Ao contrário, ela é mais retrospectiva, inquirindo acerca da produção ou processo de formação de um complexo espacial.

O recurso retrospectivo é um caráter marcante nos estudos espaciais. A idéia de "acumulação" dos fatos especiais — ou coexistência de fatos espaciais de tempos diversos — foi mais de uma vez expressa com a lembrança do palimpsesto (LABLACHE, 1921: 77) (SANTOS, 1979: 42). É mesmo lembrada como expediente visando evitar a aplicação mecânica de modelos ou formulações construídas a partir de outras realidades sócio-espaciais (ANDRADE, 1977:5-28)

à realidade brasileira. Estudo sociológico de aguda percepção espacial mostra o rebatimento geográfico dos "tempos sociais" desiguais na desintegração e nas sobrevivências do patriarcado agrário e escravocrático no Brasil, com a "reeuropeização" do país, a neo-imigração, a indústria e a vida urbana (FREYRE, 1936 e 1959). Estudo de amplo sentido espacial, busca encontrar nos lineamentos da ocupação do espaço brasileiro nos começos do século passado as bases da organização do espaço ulterior (PRADO, 1942).

O recurso retrospectivo é aqui visto indissociado, e com apoio essencial na concepção do espaço geográfico como uma realidade objetiva (SANTOS, 1979: 51), um produto social. Esse espaço se produz e se renova continuamente como o conjunto da sociedade e se transforma nesse movimento. Supera-se assim, com a idéia de "reprodução", o paradigma bíblico da "engendração", ou idéia de "reprodução", desenvolvida por François Quesney no *Tableau* (PENA, 1982: 1). Nessa perspectiva, a ordem ou disposição sócio-espacial mantém-se e se transforma bastando-se a si mesma, do ponto de vista universal. E são as forças produtivas de sociedade que, embora não como "variável independente", movimentam esse corpo.

Os entes do espaço, então, criam-se e produzem-se, numa consideração última, por e/ou para processos de trabalho ou produção. Esses processos, com esforços de abstração, podem ser examinados à parte de uma estrutura social determinada (MARX, L. 1º, V 1º: 202). Essa abstração é particularmente essencial na análise deste autor, ao postular a relação dialética entre as forças da produção e as relações sociais.

As relações entre o processo de trabalho ou produção e a organização do espaço, podemos vê-las de maneira mais dinâmica, ou de forma mais instantânea.

A passagem do artesanato à manufatura como formas diversas de produção encerrou uma notável recriação espacial. Fez parte da ambiência da manufatura a intensificação das relações coloniais e um certo padrão de divisão internacional do trabalho. Do ponto de vista do trabalho, o capital aplicado à manufatura, reúne massas consideráveis de trabalhadores parciais nas cidades; examinando o evento pelo lado do avanço da divisão do trabalho social ou na sociedade, é um momento particularmente agudo de separação ou diferenciação e interdependência entre cidade e campo e intercidades. Essa mudança

no processo de trabalho, em suas repercussões sobre os meios de produção no sentido mais amplo, como instrumental de trabalho, matéria-prima, instalações, transportes etc., teve efeitos espaciais pronunciados. A introdução da maquinaria trouxe mudanças quanto-qualitativas de ordem espacial notáveis.

Num dado momento, examinando-se o processo de trabalho, este pode ser analisado a partir de três elementos: o trabalho ou ação humana adequada a um objetivo; o objeto do trabalho, ou matéria a que se aplica o trabalho; e os meios de trabalho, nos sentidos estrito — o o instrumento de trabalho — e amplo — condições materiais em geral necessárias ao desenvolvimento do processo de trabalho, como instalações físicas, transportes e comunicações, energia etc. (MARX, L 1<sup>o</sup>, V 1<sup>o</sup>; 202-5). Cada um desses elementos está presente no processo produtivo encadeando sem cessar uma série de efeitos em que a continuação da análise deles poderá elucidar a natureza de certas formas espaciais. O desenvolvimento de uma região algodoeira no Nordeste do Brasil nos fins do século XVIII e começo do XIX como área fornecedora de matéria-prima à Europa industrial é indubitavelmente um exemplo notável, assim como o papel regional do Nordeste como fornecedor de trabalho ao Sudeste do país, na época contemporânea.

#### O ENGENHO, O PROCESSO DE TRABALHO E A DIVISÃO INTRA-REGIONAL DO TRABALHO

Em sua formação, a região de Olinda-Recife — e estas considerações se atêm particularmente ao período de implantação/expansão da economia colonial canavieira, nos séculos XVI e XVII — tem seu motor no setor açucareiro. É a partir das necessidades do processo de produção que se criam espaços, secundários mais imprescindíveis, de inversão da riqueza. Geograficamente, isso significa diferenciação intra-regional e solidariedade intra-regional. Embora entes diferentes — engenhos, criações, zonas de extração de madeira, transporte, oficinas etc., a própria cidade regional —, e mesmo por isso, as duas se articularam solidariamente. Esse conjunto articulado à escala regional é a própria região de Olinda-Recife.

O engenho, considerado em seu conjunto, implica a parte agrícola — produção da cana — e a parte da transformação da cana em açúcar. A análise que se fará do conjunto desse processo produtivo busca identificar as relações econômicas que o engenho suscita

e, nesse quadro, iluminar as relações processo de trabalho/produção do espaço, e a estrutura econômica que se ergue (FIORAVANTE, 1978:31-45).

Vejam a produção da cana. No estabelecimento dos engenhos, a plantação dos canaviais era a medida imediata. Nos trechos mais livres de inundação e melhor derivados, logo às primeiras chuvas se começava a lançar os pedaços de cana à terra, tarefa que se prolongava pelo período mais chuvoso — abril, maio, junho. Nas várzeas, plantava-se perseguindo a progressiva baixa das águas — julho, agosto e até setembro. Em alguns dias, as canas põem-se a brotar e “começam pouco a pouco a mostrar suas verduras à flor da terra” (ANTONIL, 1711:102). Então devia-se proceder a limpas frequentes, tanto mais quanto nova a cana e menos enxuto o terreno. Dezesete, dezoito meses após, a cana mostrava-se pronta ao corte, que se estenderia de setembro a fevereiro/março. A irrigação e os drenos eram inexistentes. Se, por um lado, suas ausências constituíam vantagens na instalação de canaviais pela simplificação do trabalho agrícola, por outro sujeitava-os a perdas por estiagens ou enchentes. Ao plantio e às limpas acresce a tarefa de arrancar a cobertura vegetal nativa e sua queima — em geral mais trabalhosa nos terrenos novos — e a da preparação final do solo antes do plantio.

Que agentes de produção, nas suas formas determinadas, históricas, estão nesse processo, o da produção da cana?

A terra tem a forma de propriedade privada em extensões amplas, regulada pelo instituto das sesmarias. Observava-se o cultivo em terras próprias: era o caso das plantações sob a gestão do engenho em suas próprias terras, e o dos lavradores-proprietários, que, embora não dispusessem de instalações de transformação, plantavam em terras suas. A propriedade, então, excluía o pagamento da renda — preço do monopólio —, pagamento esse que caracteriza os lavradores de “cana obrigada”. A renda oscilava entre 10 e 17% do açúcar produzido pelas canas levadas ao engenho, após o abatimento do dízimo real. Os seja, além dos 50% pelo uso das instalações de transformação, pagava-se a referida renda (DIÁLOGOS, 1618:88). Na oferta geral das canas, a contribuição do lavrador — com ou sem terra — é de muita importância. Segundo documento da época, pouquíssimos eram os engenhos que não necessitavam do fornecimento de lavradores (DIÁLOGOS, 1618:88).

O trabalho, basicamente de forma escrava. No início, sobretudo indígena; e depois, com a consolidação regional, de origem africana.

Em 1585, os escravos de origem nativa já não são mais tão numerosos, e a partir daí sua importância somente declina (CARDIM, séc. XVI: 254). Contudo, ainda na segunda década do século XVII os engenhos empregavam escravos índios, apresados ou adquiridos, em troca de um "machado ou foice" (SALVADOR, séc. XVII:86). No caso dos lavradores de cana mais pobres, é possível que muitos deles tivessem uma exploração em que sua força de trabalho familiar exercesse um papel de importância. Mas, examinando-se o conjunto do trabalho agente da produção da cana, sem dúvida a forma escravista é opressivamente dominante. Lavradores, os mais potentes, mantinham de trinta a quarenta escravos nos seus estabelecimentos. Entre a escravaria e o dono dos canaviais, a figura do feitor, que no caso de engenho recebia a adjetivação de feitor de partido. Cabia-lhe a gestão do processo produtivo da cana, desde o preparo e o plantio até a manutenção e a construção de caminhos dos partidos de cana à "fábrica". Era um assalariado (DIÁLOGOS, 1618:10) (ANTONIL, 1711:85). Cumpre lembrar que o trabalho escravo, ou assalariado, à disposição dos plantadores era extremamente aplicado no processo produtivo da cana, a ponto de os plantadores — senhores de engenho ou lavradores — terem "por tempo perdido o que gastam em plantar um árvore, que lhes haja de dar frutos em dois ou três anos, por lhes parecer que é muita demora" (DIÁLOGOS, 1618:10). Como o período em exame é de ascensão de preços, a monocultura era extremada nesses estabelecimentos, a ponto de abrir um espaço econômico à produção de subsistências fora do empreendimento canavieiro-açucareiro. Na produção de subsistência, o trabalho familiar apresentava-se decisivo, mas a forma escrava aparece também nesse tipo de estabelecimento. A condição de produtor de alimentos foi desempenhada por pessoas modestas (CONFISSÕES, séc. 16) (DIÁLOGOS, 1618:10). Isso não significa que o não-produzido em substância na plantação fosse nesse setor de abastecimento, numa certa auto-regulação funcional do sistema econômico-territorial em seu conjunto. A exploração do trabalho escravo realizava-se em condições de um mínimo de despesas dos senhores, com alimentação para a escravaria. Davam-lhes algum tempo para "buscar uma raiz e um carangueijó para comer" (ANTONIL, 1711:91). A extraordinária carga de trabalho, a falta de alimentos, a violência física — tal é o contexto do trabalho na produção que produz o espaço, e esse contexto é, enquanto produz o espaço, que gera os suicídios, os abortos "só para que não cheguem os filhos de suas entranhas a padecer o que elas padecem" (*idem*:92), os levantes e até o estabelecimento de espaços em áreas ainda não apropriadas pela formação social em expansão: os "quilombos, que se tornam abundantes com o crescimento do uso do escravo de origem africana. Não se verifica, no uso das peças escravas, uma racio-

nalidade que se finque no uso do escravo por um tempo dilatado. Caro, sujeito a enfermidades dizimadoras do estoque e a fugas, seus proprietários, num período de ascensão da produção, exacerbava a extração de trabalho visando o sucesso do empreendimento no tempo mais curto possível. Além disso, em geral o cálculo de permanência na colônia era breve: com os recursos substancialmente aumentados, embarcar e ir morrer no reino. (DIÁLOGOS, 1618: 10-1).

Os instrumentos de trabalho no processo de produção da cana — machados, enxadas e foices — significavam uma fração relativamente pequena da soma total a investir. O principal, nas plantações, para a aquisição da força de trabalho escravo. A aquisição, e não a manutenção. O trabalho, assim, dá origem a um mercado centrado em Olinda-Recife, ramo comercial de muitos negociantes, articulados ao capital comercial ligado ao tráfico. Em conjunto, negociantes de escravos, ferramentas, tecidos grosseiros são personagens que formam o conteúdo da cidade regional, pelos requerimentos do processo de produção da cana. É a divisão territorial das atividades no âmbito do mesmo movimento de produção do espaço regional. Campo e cidade desenvolvem seus caracteres a partir de suas relações (LEEDS, 1975: 325).

Vejamos a produção do açúcar. Quando, em um estabelecimento, além da parte agrícola estava presente a parte da transformação da cana em açúcar, configuravam-se o engenho e a classe do senhor de engenho. A presença das instalações e demais condições da produção do açúcar significa uma riqueza aplicada elevada. Senhores de engenho, algumas dezenas de homens, pouco mais de cem por volta de 1630 na região de Olinda-Recife; em termos familiares, muito menos — em Porto Calvo (Alagoas), em 1630, existiam uns dez engenhos, quase todos de uma só família. Em torno de cada engenho desenvolvia-se um espaço que lhe fornecia a cana-de-açúcar, o esteio da produção de um espaço geográfico que se subdivide — o espaço regional — em células de dominação espacial e que formavam as bases da oligarquia açucareira.

O transporte das canas à moenda organizava-se segundo cronograma que destinava ocasiões diversas para o esmagamento das mesmas, vindas da exploração própria do estabelecimento — de engenho e de cada lavrador, sempre de modo a não se misturarem os açúcares. Esse transporte requeria carros e bois em quantidade, e por vezes formava uma atividade independente: o carreiro, dono de

seus bois e carros (MELLO, 1970:15). Não só o transporte das canas mas também o de madeiras, do açúcar dos engenhos aos pontos de embarque e das mercadorias dos portos aos engenhos suscitaram elevada demanda de madeiras e do trabalho dos carpinteiros fazedores de carros, assim como de animais. O transporte, o animal para tração na moenda e para alimentação nos engenhos e na cidade abrem o espaço de inversão no criatório, que estimula a apropriação de grandes áreas pelo novo sistema econômico-social, subtraindo-o ao domínio nativo: daí a diferenciação interna em zonas de criatórios na unidade regional (FURTADO, 1971: 54-60).

Obtido o caldo após o esmagamento da cana, a obtenção do açúcar exigia a partir daquele consumo extremamente elevado de madeira nas fornalhas. Havendo matéria-prima — a cana —, essa parte do processo de trabalho desenvolvia-se durante até oito meses seguidos. Se, dentro da propriedade do engenho, a lenha fosse insuficiente, era necessário adquiri-la. Com a reiteração, ano a ano, do processo, a escassez de lenha cresce rapidamente. Os engenhos mais antigos passam a exercer uma demanda de lenha, possibilitando a formação de uma atividade independente de oferta da mercadoria. Conte-se também a madeira para o edifício do engenho, da senzala, das moradias dos assalariados, que eram numerosos, da capela, das casas dos lavradores, e ainda a construção da moenda, carros, barcos, caixas de embalagem do açúcar, móveis, lenha para consumo doméstico e olaria. E se, além disso, se considerar a madeira para as construções urbanas, entender-se-à a observação de escassez de madeiras em Pernambuco na segunda década do século XVII (DIÁLOGOS, 1618: 109).

Para a construção das instalações do engenho, havia que se produzir tijolos e telhas; e no momento final do processo de trabalho entravam as formas de açúcar feitas de barro cozido. Por vezes os próprios engenhos internalizavam essa atividade, a olaria. Mas era comum o seu exercício como atividade independente. Desse processo emergia o oleiro, em geral assalariado, os escravos e o proprietário das instalações. Era comum proprietários de engenhos colocarem escravos nas olarias, cujas mercadorias lhes eram extremamente necessárias, e recebiam a meia do que esse escravo produzisse (ANTONIL, 1711: 131).

Os parois, caldeiras, tachas, bacias de cobre e ferramentas em geral obtinham-se com a importação. A força de trabalho técnica na produção do açúcar, nessa fase acelerada do espaço regional, é ad-

ventícia e é sob a forma de trabalho assalariado que participa do processo de trabalho: mestre de açúcar, banqueiro, contra-banqueiro e purgador. Na embalagem da mercadoria emprega-se o caixeiro, que exerce também funções contábeis. Com o tempo os escravos irão ocupar numa certa medida esses postos.

Pronto o açúcar, o caixeiro procedia à sua distribuição entre o senhor do engenho, do qual era assalariado, e os lavradores, ficando o primeiro com parte correspondente ao beneficiamento, e ainda, no caso de lavradores em terra do engenho, com o correspondente à renda da terra. Nessa ocasião, as dívidas eram também cobradas.

Daí, em carros de bois e/ou barcos, conforme a localização dos engenhos, o açúcar descia aos mercados da cidade, que o punham em armazéns — os “passos” —, à espera do envio para as praças européias.

#### CONCLUSÃO

A noção de processo de trabalho, estritamente vinculada à de divisão de trabalho, como instrumento analítico de compreensão da produção da organização espacial, é particularmente fechada, se explorado seu poder elucidativo acerca da divisão territorial da produção. Ademais, dá o lastro da especificação histórico-sócio-estrutural, e ajuda a investigar a espacialidade desta.

O trabalho, tendo procurado reconstruir as relações sociais na produção, no período em exame mostra-lhes a diversidade, a complexidade. Esta, julgou-se no âmbito da investigação, conclusão suficiente.

Observou-se que a identificação do fenômeno das áreas de dominação oligárquica em muito contribuiria para a compreensão dos desdobramentos da organização espacial que se realizariam nos séculos — é de muita importância. Segundo documento da época, pouquíssimos XIX e XX na região sob estudo. As projeções dessas áreas são elementos importantes no entendimento regional das relações econômicas/estado/espço.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia (1977). “O pensamento geográfico e a realidade brasileira.” *Boletim Paulista de Geografia*, 54:5-28. São Paulo.



- ANTONIL, Andrade João (1711). *Cultura e Opulência do Brasil*. São Paulo/Brasília, Melhoramentos/INL-MEC 1976.
- LA BLACHE, P. V. (1921). *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa, Cosmos.
- BOUDEVILLE, J. R. ((1973). *Os Espaços Econômicos*. São Paulo, Difel.
- CARDIM, Fernão (séc. XVI). "Pernambuco no primeiro século." Revista do Inst. Arqueológico, Histórico e Geográfico pernambucano, 1932, XXXII: 249-56. Recife.
- CONFISSÕES DE PERNAMBUCO (1594-5). *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil*. Ed. por J. A. Gonçalves de Mello. Recife. Imp. da Univ. F. de Pernambuco, 1970.
- DIALOGOS DAS GRANDEZAS DO BRASIL (1618). Recife, Imprensa da U. Federal de Pernambuco, ed. 1966.
- FIORAVANTE, Eduardo (1978). "Modo de produção, formação social e processo de produção". In: ———; VARGA, E. e outros. *Conceito de Modo de Produção*. Rio, Paz e Terra, p. 31-45.
- FREYRE, Gilberto (1936). *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. 6ª ed., 1981. Rio de Janeiro/Recife, José Olympio/G. do Estado de Pernambuco. 2 vol.
- . (1959). *Ordem e Progresso: Processo de Desintegração das Sociedades Patriarcal e Semipatriarcal no Brasil sob o Regime do Trabalho Livre*. Rio de Janeiro, José Olympio, 2 vol.
- FURTADO, Celso (1971). "Projeção da economia açucareira: a pecuária." In: ———. *Formação Econômica do Brasil*. 11ª edição.
- LEEDS, Anthony (1975). "La sociedad urbana engloba a la rural." IN: HARDOY, Jorge E. y SCHAEDEL, R. P. (comp.). *Las Ciudades de América Latina y sus Áreas de Influencia a través de la Historia*. Buenos Ayres, SIAP.
- MARX, Karl. "O processo de trabalho ou o processo de produzir valores de uso" In: ———. *O Capital* (Livro 1, vol. 1). Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, p. 201-209.
- MELLO, José Antônio G. de (1970). "Estudo introdutório." IN: CONFISSÕES DE PERNAMBUCO, *op. cit.*
- PENA, Ramon (1982). "A reprodução como categoria interpretativa nas ciências sociais." In: UNIV. FEDERAL DA PARAÍBA. Seminário Brasil-Debates. C. Grande, mimeog.

PRADO JR. Caio (1942). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

SALVADOR, Vicente do, frei (séc. XVII). *História do Brasil; 1500-1627*. São Paulo/Brasília, Melhoramentos/INL, 1975.

SANTOS, Milton (1979). "A divisão do trabalho social como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países subdesenvolvidos." In: ————. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis, Vozes, p. 36-54.

#### RESUMO

O artigo procura examinar a produção do espaço regional do Nordeste do Brasil, nos séculos da sua formação inicial, particularmente XVI e XVII.

Para tal, o trabalho emprega a noção de processo de trabalho e, através da análise das exigências do processo de trabalho para a produção do açúcar, expõe a formação de várias atividades que conformam uma divisão intra-regional do trabalho social.

#### ABSTRACT

The article examines regional space production in North Eastern Brazil during 16 and 17 centuries. Working process concept is used by the author to show the influence of sugar production process on different activities which generated an intra-regional division of social work.

#### RÉSUMÉ

Cet article a pour but l'étude de la production de l'espace régional du NE du Brésil lors de sa formation initiale et particulièrement pendant les 16<sup>e</sup> et 17<sup>e</sup> siècles.

Pour faire ça, on utilise la notion de processus de travail; analysant ses exigences pour la production de sucre on expose la formation de diverses activités qui mettent en place une division intra-regional du travail social.